



“PELO FRUTO SE CONHECE A ÁRVORE”: O USO DE METÁFORAS COMO RECURSO ARGUMENTATIVO NO DISCURSO BÍBLICO

“A TREE IS KNOWN BY ITS FRUIT”: THE USE OF METAPHORS AS ARGUMENTATIVE RESOURCE IN BIBLICAL SPEECH

Mário Sérgio Batista

Bacharel em Teologia pelo Seminário Reverendo José Manoel da Conceição (SP), bacharel e licenciado em Letras-Português/Espanhol pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e especialista em Linguagem e Sentido: Gêneros Discursivos, mestre em Ciências da Religião e doutorando em Letras. Professor de Sociologia da Religião e Teologia Sistemática da Faculdade Cristã Teológica de São Paulo.

E- mail: mariosergiobatista@gamil.com

RESUMO

Com uma proposta diferente de análise aos textos bíblicos, o presente artigo trabalha o texto registrado no Evangelho de São Mateus (12:33-34). Para tanto, utiliza teóricos da área da análise do discurso e da semântica argumentativa, como: Fiorin, Koch, Maingueneau, Orlandi, entre outros. Propõe o título “‘Pelo fruto se conhece a árvore’: o uso de metáforas como recurso argumentativo no discurso bíblico” para abordar a questão de como o sujeito-enunciador Jesus Cristo se coloca em seu discurso diante dos seus enunciatários por meio de metáforas para legitimar o seu discurso.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso; Formação discursiva; Argumentação; Metáfora; Enunciado.

ABSTRACT

With a different proposal of analysis of the biblical texts, this article works the passage registered on the Gospel of St. Matthew, chapter 12, verses 33-34. In order to do so it uses theoreticians of Discourse Analysis and Argumentative Semantic such: Fiorin, Koch, Maingueneau e Orlandi and others. It considers the subject: “‘A tree is known by its fruit’: the use of metaphors as argumentative resource in biblical speech”, in order to approach the question of how the subject-enunciator places himself in his discourse before his audience through metaphors with the purpose to validate his speech.

Discourse analysis; Discursive formation; Argumentation; Metaphor; Enunciation.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar, interpretar e desenvolver uma reflexão a respeito do uso de metáforas como expressão argumentativa no discurso bíblico. Para tanto, propõe-se o seguinte título para esta pesquisa acadêmica: “Pelo fruto se conhece a árvore¹: o uso de metáforas como recurso argumentativo no discurso bíblico”. Com base nos princípios metodológicos da análise do discurso de linha francesa¹ e em aspectos da semântica argumentativa, debruçamo-nos no discurso bíblico com o propósito de descobrir a significação e os efeitos de sentido que estão por trás deste e aqueles que surgem da reconstrução do leitor, apontando a construção da força argumentativa no uso de metáforas que, aqui, serão estudadas não como mera figura de linguagem, mas como elemento fundamental para a formação do sentido no texto, como uma forma de expressão a fim de conseguir mais expressividade.

A análise está centrada no Evangelho de São Mateus, especificamente no capítulo 12, nos versos 33-34, texto bíblico reconhecido por todos os cristãos como a palavra escrita de Deus e atribuído à pessoa de Jesus Cristo, segundo a fé cristã, sendo assim registrado:

Ou fazei a árvore boa e o seu fruto bom ou a árvore má e o seu fruto mau; porque pelo fruto se conhece a árvore. Raça de víboras, como podeis falar coisas boas, sendo maus? Porque a boca fala do que está cheio o coração.

Justifica-se a escolha do texto em Mateus (12:33-34), para análise, por duas razões correlacionadas: 1. porque há

¹ A proposta de estudo da análise de discurso de linha francesa não considera como determinante a intenção do sujeito, considera que esse sujeito é condicionado por uma determinada ideologia que predetermina o que pode ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais.

material necessário para o propósito de investigação acadêmica devido à sua formação discursiva e à situação de comunicação que se estabelece na cena enunciativa, isto é, há um “eu enunciador” que elabora seu enunciado usando metáforas, e há um “tu coenunciador” que ouve, tornando possível uma comunicação entre enunciador e enunciatário; 2. por causa da nossa formação teológica. O contato com os textos bíblicos influenciou-nos nessa escolha, que é, para nós, um grande desafio sem dúvida alguma. O que chamou a nossa atenção, nos discursos atribuídos a pessoa de Jesus Cristo, foi a maneira como ele apresentou suas ideias tanto aos seus seguidores como aos seus opositores, usando em algumas situações a metáfora como recurso argumentativo.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, tem-se a oportunidade de fazer a hermenêutica de Mateus (12:33-34) com base nos princípios da análise do discurso e nos aspectos da semântica argumentativa, descortinando assim outro modo de interpretação, outra perspectiva de leitura, outra maneira de ver e perceber verdades contidas em enunciados bíblicos.

Para tanto, servir-se-á dos seguintes autores na esteira da análise do discurso, dentre outros: Eni P. Orlandi, Dominique Maingueneau, José Luiz Fiorin e Dirce de Carvalho. Servir-se-á também dos escritos de Ingedore Villaça Koch, sobre a argumentação no âmbito da linguística textual.

Orlandi (2003, p. 15, grifo nosso), ao definir a análise do discurso, afirma o seguinte:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra *discurso*, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se.

Sendo assim, de acordo com essa citação, pretende-se com este artigo compreender o uso da metáfora “Pelo fruto se

conhece a árvore”, no discurso atribuído à pessoa de Jesus Cristo, procurando perceber em sua constituição os efeitos de sentido que estão por trás dela.

2. O CONTEXTO SITUACIONAL

Pode-se dizer que a tipologia do discurso se define quando se considera o contexto de sua enunciação, ou seja, a sua situação enunciativa. Não basta, por exemplo, ter o enunciado: “Fogo”. São necessárias, basicamente, três perguntas para se aproximar da verdade de sentido de qualquer enunciado, são elas:

- Qual é o contexto da enunciação?
- Qual é a intenção do enunciador ao elaborar o seu enunciado?
- Qual é relação que o sujeito-enunciador estabelece com o enunciatário em seu discurso.

Certamente, não há dúvidas de que a palavra “fogo” pode ser usada em contextos diferentes, construindo assim várias cenas enunciativas; por isso, para não se alongar muito, apontam-se três exemplos que podem ilustrar o que se pretende dizer:

- a. *Um pedido*: Uma pessoa com um cigarro apagado na mão, desejando acendê-lo, pede a alguém: “‘Fogo’, por favor”.
- b. *Uma tragédia*: Pessoas aflitas gritam do alto de um edifício ardendo em chamas: “Socorro, ‘fogo’, ‘fogo’”.
- c. *Uma repreensão*: Um pai, ao repreender um dos filhos que lhe desobedece, diz de maneira enérgica: “Realmente, a sua mãe tem razão, você é ‘fogo’”.

Diante do exposto, objetivando uma melhor compreensão e contextualização do leitor ao assunto a ser tratado, acredita-se ser oportuna a transcrição do texto registrado em Mateus (12:22-32), o qual antecede a análise proposta neste artigo:

Então, lhe trouxeram um endemoninhado, cego e mudo; e ele o curou, passando o mudo a falar e a ver. E toda a multidão se

admirava e dizia: É este, porventura, o Filho de Davi? Mas os fariseus², ouvindo isto, murmuravam: Este não expele demônios senão pelo poder de Belzebu³, maioral dos demônios. Jesus, porém, conhecendo-lhes os pensamentos, disse: Todo reino dividido contra si mesmo ficará deserto, e toda cidade ou casa dividida contra si mesma não subsistirá. Se Satanás expele a Satanás, dividido está contra si mesmo; como, pois, subsistirá o seu reino? E, se eu expulso demônios por Belzebu, por quem os expulsam vossos filhos? Por isso, eles mesmos serão os vossos juízes. Se, porém, eu expulso demônios pelo Espírito de Deus, certamente é chegado o reino de Deus sobre vós. Ou como pode alguém entrar na casa do valente e roubar-lhe os bens sem primeiro amarrá-lo? E, então, lhe saqueará a casa. Quem não é por mim é contra mim; e quem comigo não ajunta espalha. Por isso, vos declaro: todo pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens; mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada. Se alguém proferir alguma palavra contra o Filho do Homem⁴, ser-lhe-á isso perdoado; mas, se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será isso perdoado, nem neste mundo nem no porvir.

Percebe-se que a cena enunciativa construída nesse enunciado é de acusação e desconfiança a respeito de quem é Jesus Cristo, se realmente ele tem poder e autoridade para fazer o que faz, pois havia curado uma pessoa possuída por espíritos imundos diante do povo e líderes religiosos que imediatamente começam a murmurar, questionando a procedência do seu poder. Na verdade, eles chegaram a afirmar que o que Jesus Cristo faz é pelo poder de Belzebu, o maioral dos demônios. É nesse contexto que Jesus Cristo elabora o seu discurso, usando metáforas para se dirigir aos seus enunciatários, e, conseqüentemente, atribui para si um lugar em seu discurso.

² Membros de um dos principais grupos religiosos dos judeus. Os fariseus seguiam rigorosamente a Lei de Moisés, as tradições e os costumes dos seus antepassados (Mateus 23:25-28). Acreditavam na ressurreição e na existência de seres celestiais (Atos 23:8).

³ Nome do príncipe dos demônios, que é o próprio Satanás. Parece derivar-se de *baal-zebube*.

⁴ Título que Jesus Cristo usava para si mesmo como o escolhido de Deus para ser o Salvador (Marcos 10:45). Refere-se à condição humilde de Jesus (Marcos 8:31; Lucas 9:58) e também à Sua futura glória (Mateus 25:31).

3. O LUGAR ATRIBUÍDO PELO SUJEITO- -ENUNCIADOR EM SEU DISCURSO

“Em geral, e isto desde seu início a AD prefere formular as instâncias da enunciação em termos de lugares, visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vem se inscrever” (MAINGUENEAU, 1997, p. 32).

Diante dessa informação, percebe-se que a questão então não se resume simplesmente no ato de enunciar, mas no lugar em que o falante se coloca para proferir seu discurso, e esse lugar que o falante atribui para si está intrinsecamente ligado à sua intenção de persuadir o enunciatário.

Assim, pontuar o lugar que o sujeito-enunciador atribui para si em seu discurso não é tarefa fácil, pois cada ato de fala está ligado a uma situação de comunicação, bem como a uma determinada instituição, e é pelo enunciado que se constrói na formação discursiva que esse ato de fala se torna pertinente ou não.

Exemplificando, pergunta-se:

- Quem já não se deu por satisfeito ao elaborar enunciados que expressaram sabedoria e conhecimento, ajudando pessoas a resolver determinados problemas?
- Ou quem não se lamentou por ter dito algo, em algum momento, totalmente inoportuno, sem a mínima utilidade?

Quanto ao fato de o ato de fala de qualquer sujeito estar ligado a uma determinada instituição e ao lugar que ele atribui a si mesmo, Mussalim (2001, p. 137) mostra claramente a ausência da sua liberdade para dizer o que diz, ao afirmar que:

[...] o sujeito não é livre para dizer o que quer, a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual está submetido, mas as imagens que o sujeito constrói ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo.

É pertinente ressaltar que o sujeito do discurso se deixa perceber no interior do seu próprio discurso, revelando a sua cultura, a sua visão de mundo, naquilo que diz no ato da fala. Por conseguinte, o sujeito do discurso aceita as relações contratuais do grupo social em que está inserido, concordando com suas representações e práticas de linguagem.

Diante do exposto, transcreve-se o texto atribuído à pessoa de Jesus Cristo que servirá de base para a análise:

Ou fazei a árvore boa e o seu fruto bom ou a árvore má e o seu fruto mau; porque pelo fruto se conhece a árvore. Raça de víboras, como podeis falar coisas boas, sendo maus? Porque a boca fala do que está cheio o coração (Mateus 12:33-34).

A cena enunciativa construída, nessa formação discursiva, sugere o lugar de um sujeito-enunciador que vai além de um sujeito inserido simplesmente num contexto social, que responde impulsivamente às acusações que recebe, ao contrário, ele é alguém que fala como quem tem autoridade para dizer o que diz, exatamente do modo como disse.

Assim, pode-se afirmar que, ao elaborar o seu enunciado, o sujeito-enunciador Jesus Cristo pretende fazer não apenas uma apologia à acusação que acaba de sofrer dos líderes religiosos de Israel, mas, sim, legitimar, no enunciado, a sua condição de profeta enviado da parte do próprio Deus de Israel.

Portanto, com a intenção de validar o seu discurso, o sujeito-enunciador Jesus Cristo elabora seu enunciado de forma argumentativa com palavras simples, recorrendo a elementos da terra, da natureza, do campo, enfim a coisas do conhecimento e senso comum dos seus enunciatários, provocando com isso o efeito de proximidade no seu enunciado.

O sujeito-enunciador Jesus Cristo faz sua primeira argumentação deste modo:

*Ou fazei a árvore boa e seu fruto bom
ou a árvore má e o seu fruto mau.*

Apresenta-se nesse enunciado um encadeamento linear lógico, o qual obedece a uma estrutura sequencial que possibilita o seu entendimento sem maiores dificuldades de com-

preensão para o leitor, ou seja, ao lê-lo é possível chegar a uma conclusão, pois o enunciado aponta para uma direção em detrimento de outra.

Quanto à questão de encadeamento lógico no enunciado que permite ao leitor chegar a uma determinada conclusão, Koch (2002, p. 102) declara:

Considerando-se como constitutivo de um enunciado o fato de se apresentar como orientando a seqüência do discurso, isto é, de determinar os encadeamentos possíveis com outros enunciados capazes de continuá-lo, faz-se preciso admitir que existem enunciados cujo traço constitutivo é o de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outro.

Ao usar a conjunção alternativa “ou” para responder à acusação que acaba de sofrer, o sujeito-enunciador Jesus Cristo deixa clara a sua ideia de exclusão. Ele não pretende que o assunto fique em aberto, permitindo que os seus enunciatários pensem que há mais de uma possibilidade de escolha para eles depois de ouvirem o que ouviram.

Recorre-se, outra vez, a Koch (2002, p. 126) para explicar o emprego da conjunção alternativa “ou” no enunciado em estudo:

A disjunção combina proposições por meio da conjunção *ou*. No entanto, o emprego desse termo, em língua natural, é ambíguo, já que possui dois significados diferentes, embora relacionados em parte: o *ou* inclusivo (ou débil) e o *ou* exclusivo (ou forte). A disjunção inclusiva é verdadeira se uma das proposições ou ambas foram verdadeiras. O *ou*, no caso, significa *um ou outro, possivelmente ambos*. A disjunção exclusiva é verdadeira somente no caso de uma ou outra das proposições ser verdadeira, mas nunca ambas. O que ambos os tipos de disjunção têm em comum é que, para serem verdadeiras, exigem que pelo menos um de seus termos o seja (isto é, são falsas quando ambos são falsos). A diferença reside em que a inclusiva admite (inclui) a verdade de ambas, enquanto a exclusiva não admite (exclui).

Afirma-se, então, que o enunciado “ou fazei a árvore boa e seu fruto bom ou a árvore má e o seu fruto mau” é

construído sob a perspectiva da exclusão, pois uma árvore boa não pode produzir frutos maus, da mesma forma que uma árvore má não pode produzir frutos bons.

A razão dessa exclusão é apresentada pelo sujeito-enunciador Jesus Cristo, rapidamente para os seus enunciatários. Sem dar fôlego a eles, recorrendo à linguagem metafórica, o sujeito-enunciador explica a razão da exclusão, nestes termos:

Porque pelo fruto se conhece a árvore

É senso comum que a árvore tem um significado importante para a cultura judaica, pois, desde a criação do mundo, a sua presença tem recebido merecido destaque, conforme registra a Bíblia Sagrada, “do solo fez o Senhor Deus brotar toda a sorte de árvores agradáveis à vista e boa para a alimentação” (Gênesis 2:9).

No livro dos Salmos (1:3)⁵, encontra-se a seguinte metáfora a respeito do homem que teme a Deus: “Ele é como árvore plantada junto a corrente de águas, que, no devido tempo, dá o seu fruto, e cuja folhagem não murcha; e tudo quanto ele faz será bem sucedido”.

A vitalidade de uma árvore pode ser evidenciada pelo crescimento das suas folhas, dos seus ramos que se espalham, dando-lhe forma e beleza, e pelos seus frutos. Com as suas raízes mergulhadas no solo e seu tronco apontando para os céus, a imagem que uma árvore sugere é a da centralidade.

Assim sendo, fica subentendido que o homem temente a Deus é uma pessoa firme, centrada nas coisas que faz, que não se abala, suportando os momentos de dificuldade com serenidade, passando pelas adversidades que a vida lhe impõe de cabeça erguida e seguro.

Nos escritos do profeta Isaías (5:1)⁶, tem-se a afirmação que: “Israel é o plantio do próprio Deus”, e mais adiante: “[..] a longevidade do meu povo será como a da árvore” (65:22).

⁵ Literalmente significa “cânticos a serem acompanhados por instrumentos de cordas”. Para obter mais detalhes, ver Archer Jr. (2000, p. 389).

⁶ O nome Isaías significa “O Senhor é salvação”. Profeta que teve um ministério messiânico e sua mensagem era que a salvação é recebida pela graça e poder de Deus e não pela força do homem. Para obter mais detalhes, ver Archer Jr. (2000, p. 259-289).

Em outro contexto, bem diferente da acusação que acaba de receber, o sujeito-enunciador Jesus Cristo usa, novamente, o recurso da linguagem metafórica, referindo-se a si mesmo como uma árvore cuidada pelo próprio Deus. Estas são as suas palavras: “[...] eu sou a videira verdadeira, e meu Pai é o agricultor” (João 15:1). Esses textos mostram, claramente, que o uso de metáfora não é novidade em hipótese alguma na cultura israelita.

Portanto, ao construir o enunciado “pelo fruto se conhece a árvore”, o sujeito-enunciador Jesus Cristo não recorre ao uso de metáforas como quem utiliza palavras sem saber os seus sentidos ou significados, como quem se esconde atrás delas, sentindo-se pressionado; ao contrário, ele sabe exatamente o que quer dizer para os seus enunciatários.

Ao usar a conjunção “porque”, que equivale à conjunção explicativa “pois”, o sujeito-enunciador pretende mostrar que a árvore é totalmente coerente porque produz frutos segundo a sua própria natureza. A natureza é perfeita em si mesma. Assim, a conjunção “porque” explicita a razão da impossibilidade de frutos bons serem produzidos por uma árvore má; o contrário também é verdadeiro, já que o fruto está intrinsecamente ligado à natureza da árvore.

Os frutos evidenciam a qualidade da árvore, pois ambos, árvore e frutos, formam um único conjunto. Sendo assim, é possível inferir, pela construção do enunciado, “ou fazei a árvore boa e seu fruto bom ou a árvore má e o seu fruto mau”, que o sujeito-enunciador Jesus Cristo quer dizer que o homem se deixa perceber por aquilo que diz, as suas palavras o revelam. Elas revelam o seu caráter, a sua personalidade e as suas intenções.

É, portanto, no ato da fala, na situação de comunicação que o sujeito-enunciador não apenas concretiza as suas ideias, mas também dá significado e sentido a elas, escolhendo para isso as palavras. “Há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos” (KOCH, 2002, p. 154). Assim, em cada situação de comunicação, o sujeito-enunciador, ao escolher as palavras para elaborar seu enunciado, produz novos sentidos e significados, conforme sua própria intenção e o contexto em que estiver inserido.

Ainda nessa mesma linha, para corroborar a ideia em relação à intenção do sujeito-enunciador, Domício Proença Filho (1999, p. 23-24) afirma que: “[...] ao assumir o discurso,

o indivíduo busca escolher os meios de expressão que melhor configurem suas idéias, pensamentos e desejos”.

Diante do exposto, é possível afirmar que a escolha dos léxicos “fruto e árvore” pelo sujeito-enunciador Jesus Cristo demonstra ao menos duas verdades: 1. que ele tem em sua mente uma intenção bem definida para alcançar a eficácia em seu discurso; 2. que ele não está alienado da cultura, das questões religiosas, nem das questões do cotidiano da sua comunidade.

Uma prova contundente de que o sujeito-enunciador Jesus Cristo não está alienado às coisas que acontecem ao seu redor é a citação que ele extrai da pregação de João Batista para aplicá-la aos seus enunciatários, buscando com isso a eficácia do seu discurso e identificando-se como profeta e com o profeta.

Raça de víboras

Nesse enunciado, o sujeito-enunciador Jesus Cristo coloca em cena outro sujeito em seu universo discursivo, ao recuperar a sua fala. Ele insere, em seu enunciado, propositalmente, a voz do profeta João Batista, que o antecedeu em seu ministério profético, o qual usou a expressão “raça de víboras” para repreender, exatamente, as autoridades religiosas de Israel.

Podem-se observar duas verdades na elaboração da construção do enunciado “raça de víboras”: 1. ao recuperar a expressão usada por João Batista, o sujeito-enunciador Jesus Cristo quer atribuir para si o lugar de profeta para legitimar, com autoridade, o seu discurso diante daqueles que o acusam; 2. a expressão “raça de víboras”, ainda que tenha uma carga semântica duríssima, não era nenhuma novidade àqueles líderes religiosos. Eles estavam familiarizados com aquele discurso.

Desse modo, ao recorrer intencionalmente à expressão metafórica “raça de víboras”, colocando-a em seu enunciado, o sujeito-enunciador Jesus Cristo repreende com veemência os seus enunciatários, fazendo-os lembrar que outrora, num passado não muito distante, já haviam sido tratados do mesmo modo por um profeta. Tanto a figura da serpente como a da árvore não são estranhas à cultura israelita. Ambas estão inseridas desde o princípio na história da Criação.

Gênesis (3:1), o primeiro livro da Bíblia, tendo Moisés como seu autor, registra que a serpente “era o mais astuto de todos os animais do campo”. A língua fendida da serpente é conjugada com a duplicidade por suas promessas enganosas; primeiro ela afirma: “sereis como Deus” (Gênesis 3:5); e, em seguida garante: “[...] é certo que não morrereis” (Gênesis 3:4).

Diante do exposto, a figura da serpente é a própria representação de Satanás. É a figura de todo o mal espiritual. Pode-se dizer que tanto o sujeito-enunciador Jesus Cristo como os seus enunciatários têm acesso a essas informações, portanto houve de fato uma interação pelo uso da linguagem.

Conscientemente o sujeito-enunciador Jesus Cristo atribui para si, em seu discurso, o lugar de profeta, e por isso mesmo ele não poderia falar, por exemplo, como um coletor de impostos, um negociante ou um representante do Império Romano. Não que essas pessoas não pudessem falar como profeta, a questão não era simplesmente “falar como profeta”, mas, sim, ter a autoridade para falar como profeta.

Quanto às pessoas que ousam profetizar sem a autorização de Deus, o profeta Jeremias (14:14-15⁷) alerta:

Disse-me o SENHOR: Os profetas profetizam mentiras em meu nome, nunca os enviei, nem lhes dei ordem, nem lhes falei; visão falsa, adivinhação, vaidade e o engano do seu íntimo são o que eles vos profetizam. Portanto, assim diz o SENHOR acerca dos profetas que, profetizando em meu nome, sem que eu os tenha mandado, dizem que nem espada, nem fome haverá nesta terra: À espada e à fome serão consumidos esses profetas.

Assim, ao usar estas duas metáforas: “[...] pelo fruto se conhece a árvore” e “raça de víboras”, o sujeito-enunciador Jesus Cristo atribui intencionalmente para si o lugar de profeta, buscando o reconhecimento e a legitimação do seu discurso, afirmando ter recebido a autorização do próprio Deus para fazer o que faz e dizer o que diz.

⁷ O tema da mensagem do profeta Jeremias consiste numa série de severas advertências a Judá, no sentido do abandonar a idolatria e o pecado para evitar a catástrofe do Exílio. Para obter mais informações, ver Archer Jr. (2000, p. 298-307).

Como podeis falar coisas boas, sendo maus?

Na construção desse enunciado, percebe-se que o sujeito-enunciador Jesus Cristo ainda continua falando do lugar de profeta, pois declara conhecer aquelas pessoas. Ele inicia seu discurso interpelando e respondendo ao mesmo tempo para mostrar qual a razão de eles não poderem dizer coisas boas.

A impossibilidade de dizer coisas boas é explicada pelo sujeito-enunciador Jesus Cristo, nestes termos: “sendo maus”. O verbo “ser” conjugado no gerúndio remete à ideia de ação contínua, ou seja, reforça a ideia que aqueles homens são maus continuamente naquilo que pensam e naquilo que dizem. Eles foram maus em suas palavras e ações quando se dirigiram ao profeta João Batista, e agora estão fazendo a mesma coisa com Jesus Cristo.

É oportuno lembrar que o enunciado, em estudo, foi proferido em público, endereçado às autoridades religiosas de Israel, e que elas não esboçaram nenhum tipo de resposta ou manifestação para se defender diante de tão severa e contundente afirmação.

Porque a boca fala do que está cheio o coração

Para iniciar a construção desse enunciado, o sujeito-enunciador Jesus Cristo recorre novamente à conjunção “porque” com o propósito de enfatizar que o dizer dos seus enunciatários é mal; todavia, agora o faz de maneira mais profunda, pois afirma que eles têm a maldade das palavras não apenas em seus lábios, mas também em seus corações, ou seja, a maldade está profundamente enraizada neles, e é exteriorizada, de modo claro, por aquilo que eles dizem.

Considerando que as palavras brotam no interior do homem e ganham força, sentido e vida ao serem exteriorizadas, não é difícil compreender que o sujeito-enunciador Jesus Cristo pretende afirmar aos seus enunciatários, os líderes religiosos de Israel, que eles têm as mentes e os pensamentos totalmente corrompidos.

As palavras representam bem aquele que as profere, e é fácil aquilatar o caráter de alguém depois de ouvir o que ele tem a dizer, conforme argumenta Hendriksen (2001, p. 40):

A regra segundo a qual tudo o que o homem almeja em seu coração, de sorte que o próprio cerne e centro de seu ser é saturado disso, mais cedo ou mais tarde isso será revelado em seu modo de falar, é aplicável ao bem ou ao mal igualmente.

Assim sendo, o sujeito-enunciador Jesus Cristo não tem a pretensão de querer se valer da persistência ou da retórica, muito menos da habilidade de usar a linguagem para persuadir, mas, sim, de provocar em seus enunciatários uma reflexão a respeito do que estão dizendo.

Por isso, o uso da metáfora torna-se um importante recurso argumentativo, pois pode ser visto como um procedimento discursivo de constituição de sentido e de constituição do sujeito. Certamente, é um recurso para se alcançar maior expressividade no discurso.

Orlandi (2003, p. 80-81) corrobora a ideia do uso de metáfora como constituição do sentido no enunciado ao afirmar: “[...] como esse efeito que constitui os sentidos constitui também os sujeitos, podemos dizer que a metáfora está na base de constituição dos sentidos e dos sujeitos”.

4. METÁFORA E SUA CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS

Os signos são representativos, são simbólicos. Os objetos não podem ser confundidos de maneira alguma com as palavras. As palavras não são as coisas que designam. Assim, o uso de metáforas como recurso argumentativo torna-se um excelente dispositivo para constituição de sentido em qualquer enunciado.

De certo modo, pode-se dizer que todo discurso é metafórico, já que as palavras mudam de sentido e significado de acordo com a sua formação discursiva em cada situação de comunicação e a intenção do sujeito-enunciador ao pronunciá-las na sua comunidade.

É importante ressaltar que, ao usar a metáfora, o sujeito-enunciador, seja ele quem for, deve saber articular e dominar as regras do discurso da sua comunidade discursiva para então provocar um sentido que seja capaz de gerar entendimento diante de seus enunciatários quando enunciá-las.

Pelo fruto se conhece a árvore

De modo geral, a metáfora é definida nestes termos: substituição de uma palavra por outra. Consiste na transferência do nome de um elemento para outro, em vistas de uma relação de semelhança entre ambos.

Para Fiorin (1989), a metáfora é procedimento discursivo de constituição de sentido. Assim, ao usá-la, o sujeito-enunciador rompe, de maneira calculada, as regras de combinatórias das figuras, criando uma impertinência semântica que produz novos sentidos.

Ouve-se, com certa frequência, que a metáfora “pelo fruto se conhece árvore” aplica-se a uma criança que, em suas atitudes cotidianas, se parece muito com o seu pai, daí o adágio popular: “Tal pai, tal o filho”. Entretanto, quando se observa o enunciado com mais vagar, percebe-se que essa interpretação popular não tem absolutamente nada a ver com o propósito que o sujeito-enunciador Jesus Cristo tinha em sua mente quando a enunciou para os seus enunciatários.

A metáfora não pode ser entendida simplesmente como a substituição de uma palavra por outra, mas, sim, como outra possibilidade de significado e interpretação de sentido, criada pelo contexto de enunciação de acordo com a intenção do sujeito-enunciador ao elaborar o seu enunciado.

Assim, considerando o contexto situacional desse enunciado, é possível afirmar que o sujeito-enunciador Jesus Cristo ensina que o *fruto* representa as palavras que as pessoas dizem, e a *árvore* representa o próprio ser humano, ou seja, as palavras revelam as pessoas, revelam o que elas são.

Raça de víboras

Acredita-se que ninguém ou nenhum grupo de pessoa em sã consciência gostaria de ser chamado de “raça de víboras”. Seguramente não é uma boa maneira de ser chamado. Todavia, ao se dirigir aos líderes religiosos da sua época, o profeta João Batista usa essa expressão, e, não muito tempo depois, Jesus Cristo também a usaria para legitimar o seu discurso diante daqueles fariseus para confirmar e validar a sua fala como um profeta enviado da parte de Deus.

As palavras que o sujeito-enunciador Jesus Cristo usa para elaborar o seu enunciado com a intenção de responder à acusação recebida dos seus enunciatários são mais do que acusatórias, pois elas revelam a dureza e frieza de seus corações. Pode-se dizer que aqueles líderes religiosos não eram sinceros, que não estavam arrependidos das palavras que disseram contra o profeta João Batista e contra Jesus Cristo, nem desejavam abandonar os seus maus pensamentos.

É olhando por esse prisma que se compreende a severa repreensão feita pelo profeta João Batista. Ele estava familiarizado com as cobras do deserto. Ainda que fossem pequenas em tamanho, eram extremamente enganosas. Às vezes, eram facilmente confundidas com galhos secos, mas de repente atacavam suas vítimas⁸.

Portanto, a comparação feita pelo profeta torna-se propícia para o sujeito-enunciador Jesus Cristo, que não perde a oportunidade de usá-la para fortalecer a sua argumentação, já que estava sendo acusado por aquela liderança religiosa de fazer milagres pelo poder do demônio. Eles entendem que Jesus Cristo insinua ser quem não poderia ser de fato, isto é, um profeta enviado da parte de Deus.

A metáfora “raça de víboras” pode ser interpretada da seguinte forma: aqueles homens não eram víboras no modo de parecer, porque na aparência física eram homens; entretanto, pareciam víboras no modo de ser, já que agiam como tal, demonstrando um caráter pernicioso e cheio de maldades. Por isso, foram advertidos severamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito-enunciador, ao se relacionar com o mundo, absorve automaticamente os discursos da ideologia dominante do grupo social ao qual pertence. Assim sendo, o sujeito-enunciador simula o seu discurso para dissimular o discurso do outro, tornando aparente a reprodução discursiva do seu grupo e respectivamente a sua visão, ideologia e interpretação de mundo.

⁸ Conforme registrado em Atos (28:3).

Ao estabelecer relações contratuais, o falante concorda com aquilo em que seu grupo social acredita. Esse comportamento garante uma condição favorável ao sujeito-enunciador, todavia estará “preso” a convenções e coerções sociais determinadas pelo próprio grupo, ou seja, ele não estará livre para dizer o que quer, pois, ao atribuir para si lugares no discurso, estabelece imagens de lugares que não lhe permitem falar de outra maneira.

Assim, com base nos princípios metodológicos da análise do discurso de linha francesa e da semântica argumentativa, concluiu-se que o enunciado atribuído à pessoa de Jesus Cristo apresenta marcas da sua ideologia e visão de mundo, e que ele atribuiu para si, em seu discurso, o lugar de profeta, falando como tal. Concluiu-se também que ele usou como recurso argumentativo as metáforas “pelo fruto se conhece a árvore” e “raça de víboras” para validar o seu discurso como profeta diante dos seus enunciatários, expondo suas ideias e opiniões a respeito do comportamento maldoso e malicioso da liderança religiosa de Israel que se percebia por meio de suas palavras.

REFERÊNCIAS

ARCHER JR., G. L. *Merece confiança o Antigo Testamento*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2000.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução rev. e atual. João Ferreira de Almeida 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CHEVALLER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. 17. ed. São Paulo: José Olympio, 2002.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2001.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. (Org.). *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

HENDRIKSEN, W. *Comentário do Novo Testamento: Mateus*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001. v. II.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, E. *Metáfora: da retórica à semiótica*. 2. ed. São Paulo: Atual, 1987.

_____. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

MACKENZIE. *Apresentação de trabalhos acadêmicos: guia para alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie*. 4. ed. São Paulo: Mackenzie, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística II*. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1984.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Discurso e texto – formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PROENÇA FILHO, D. *A linguagem literária*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.